

Estado, crise e regulação na Europa do Sul (uma reflexão comparada sobre a experiência portuguesa)*

I

1. A análise da evolução da formação social portuguesa desde a situação pré-revolucionária de 1974-75 até hoje pode permitir também o exame das teorias do capitalismo periférico no quadro da Europa do Sul.

Em que medida são válidas para a Europa análises sobre a dependência estrutural efectuadas na América Latina? O bloqueio estrutural que se observa hoje em Portugal é da mesma natureza do que se regista nas formações periféricas deformadas pela articulação dependente do sistema capitalista actual? Como se poderá perspectivar uma estratégia alternativa de desconexão e desenvolvimento autónomo nestas condições históricas e geográficas bem determinadas?

Tais são as grandes questões que constituem o pano de fundo desta reflexão, todavia, necessariamente bem mais limitada nos seus propósitos imediatos.

A nossa análise seguirá os passos seguintes:

Primeiramente, trata-se de comparar os mecanismos fundamentais de regulação do capitalismo português, antes e depois do golpe de Estado de 1974, realçando as formas diversas de dependência externa nos dois períodos (entre o fim dos anos 60 e os princípios dos 70, por um lado, e de meados dos 70 até hoje, por outro lado).

Em segundo lugar, consideramos a situação de bloqueio estrutural que se consolidou de novo em Portugal por finais dos anos 70 e cuja explicação — segundo cremos — se encontra ao nível político «interno» da existência social do País, isto é, das relações entre grupos e classes sociais e das suas expressões no domínio da organização política do Estado.

Em terceiro lugar, fazemos uma breve análise comparada da economia portuguesa no quadro da Europa do Sul, para concluir sobre algumas hipóteses relativas à natureza do capitalismo periférico português.

2. Consideramos necessário introduzir a análise por algumas referências teóricas que enquadram a nossa reflexão. Trata-se, naturalmente,

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada em comunicação ao colóquio organizado pela UNITAR sobre o tema «Estratégias alternativas para a região do Mediterrâneo», realizado em Nápoles, em Outubro de 1983.

de situar no plano teórico uma investigação aplicada, e não de entrar nos grandes debates teóricos actuais sobre o processo capitalista, no estágio pós-nacional ou transnacional de que falam numerosos autores.

O conceito de dependência é mais geral do que o de subdesenvolvimento. Este nem sempre é caracterizado por uma situação de dependência estrutural e pode admitir-se a existência de formações estruturalmente dependentes não classificáveis como subdesenvolvidas. Designamos por dependência estrutural a situação em que o processo de acumulação e crescimento é determinado — não apenas condicionado — pela articulação externa da economia. Por outro lado, chamamos *periferização* ou *dependentização* ao processo pelo qual a dependência se aprofunda, desestruturando e estruturando de novo o modelo de acumulação de capital, designadamente os mecanismos que asseguram o crescimento económico e a reprodução do capital. Finalmente, na medida em que o quadro da economia nacional e das relações entre economias nacionais continua válido para a compreensão das relações económicas fundamentais, o essencial da análise económica do crescimento e do desenvolvimento situa-se ao nível das articulações intra e internacionais que explicam o processo de acumulação e reprodução do capital.

Aceitamos também a noção de crise estrutural como ruptura dos processos de regulação do capitalismo, seja ao nível «central» do sistema no seu conjunto, seja ao nível «periférico» duma economia nacional determinada. Portugal, precisamente, sofre desde os anos 70 duma crise económica estrutural, crise situada — mas não explicada ou determinada totalmente — na crise estrutural do sistema capitalista no seu conjunto.

Nestes termos, a hipótese central que nos conduz é a seguinte:

A partir dos anos 60, um processo de periferização afastou o capitalismo português do projecto oficial de capitalismo nacional e imperial, submetendo-o a condicionamentos externos progressivamente mais poderosos. O episódio pré-revolucionário dos anos 74-75, após a queda da ditadura reaccionária, foi apenas um breve ensaio voluntarista e largamente espontâneo que falhou no seu esforço anticapitalista «interno», sem expressão coerente ao nível das relações capitalistas «externas». A consequência não desejada desta experiência foi o aprofundamento acelerado de dependência externa, que se poderá hoje designar de estrutural, o que não era o caso ao tempo de Salazar e Caetano.

II

3. Podemos distinguir a integração formal da integração informal duma economia nacional no sistema capitalista mundial. A primeira decorre dos tratados ou acordos explicitamente assumidos pelos governos nacionais, a segunda, da prática social que resulta do processo capitalista mundial. Nos dois casos, no entanto, a economia nacional em vias de integração é articulada numa lógica de funcionamento e estruturação internacional ou transnacional que condiciona o funcionamento e a estruturação intranacionais dessa economia.

É também possível distinguir quatro mecanismos principais de articulação informal que se interpenetram mais ou menos profundamente.

A especialização produtiva que resulta do comércio internacional, segundo a lógica da divisão (clássica) internacional do trabalho (DIT).

A especialização decorrente do comércio internacional total ou parcialmente fechado no seio das ETs (empresas transnacionais) e das suas filiais.

A integração que resulta das «transferências de tecnologia», isto é, dos procedimentos que asseguram uma certa difusão da tecnologia dos países desenvolvidos nos outros, por vias conhecidas de dominação e subordinação.

Finalmente, a quarta articulação dependente resulta dum sistema monetário-financeiro internacional, outrora definido em Bretton Woods segundo princípios muito afastados daqueles que hoje se praticam sob a égide do Fundo Monetário Internacional e dos interesses que representa. A este nível, trata-se sobretudo de recordar aqui o efeito das políticas económicas ditas de «estabilização» impostas pelo FMI como condição *sine qua non* da ajuda aos países em dificuldades do ponto de vista dos pagamentos externos.

Portugal entra na via formal da integração europeia em 1960, após a adesão à EFTA. Desde então, a abertura ao exterior da economia nacional alargou-se e as importações e exportações portuguesas aumentaram mais fortemente que o comércio mundial até 1974. Até esta data, é possível mostrar que as três primeiras modalidades de articulação acima referidas se aprofundaram à medida da acentuação da integração dependente da economia portuguesa no sistema capitalista mundial. Todavia, uma específica articulação se impôs no decurso dos anos 60 e começos dos 70: a integração informal no mercado de emprego europeu, determinando um êxodo maciço da mão-de-obra portuguesa, em condições extremas de miséria e exploração, em parte como consequência da clandestinidade da maior parte dos movimentos migratórios da época, contrários à vontade do estado salazarista.

4. Neste passo da nossa reflexão justifica-se levantar a questão; face ao *trend* inelutável de periferização da economia portuguesa, quais eram os mecanismos principais de regulação do capitalismo português pelos anos 60 e começos dos 70?

Sem entrar no detalhe duma situação histórica naturalmente complexa, o essencial da questão resume-se a um conflito entre uma intenção política de regulação relativamente autocentrada da economia nacional e forças externas cada vez mais ameaçadoras dessa intenção. Para confirmar esta interpretação é indispensável lembrar o aspecto, essencial para a sobrevivência do regime, da regulação macroeconómica e macrosocial da força de trabalho. Faremos também menção da questão colonial.

É sabido que a *raison d'être* do regime de Salazar era, ao nível da prática mais do que da ideologia, uma certa concepção de gestão da força de trabalho no quadro dum capitalismo retrógrado, votado à conservação obstinada da ordem estabelecida mais do que à transformação controlada das estruturas económicas ao serviço dos interesses das classes dominantes. Esta concepção implicava, entre outras coisas, uma política monetária e financeira capaz de assegurar um equilíbrio estrito dos preços internos, a estabilidade duma moeda nacional forte, saldos super-havitários das finanças públicas correntes e dos pagamentos externos. Implicava também a estabilidade de preços dos *wage goods*, se necessário, com sacrifício dos produtores agrícolas, e uma taxa de exploração elevada da força de trabalho, expressa na diminuta participação dos trabalhadores no rendimento

nacional. Por exemplo, em 1950, apenas 39% do «valor acrescentado» pela indústria era distribuído como rendimento dos trabalhadores.

Este sistema regulador do valor da força de trabalho foi frontalmente posto em causa pela redução de oferta de mão-de-obra, principalmente derivada da emigração em massa para a Europa e também do forte aumento do contingente militar requerido pelas guerras coloniais. O volume anual de emigração multiplica-se por 5, num período curto, e pelo final dos anos 60 e começos dos 70 regista-se o declínio absoluto da população activa do País. Consequentemente, introduz-se no capitalismo português um movimento regular — embora moderado — de elevação do salário real. Por esta razão e por outros factores exógenos (crise pretolífera, etc.), a inflação instala-se progressivamente na economia portuguesa e, meses antes do golpe de Estado de 1974, o ritmo de aumento dos preços dos bens de consumo era já da ordem dos 40% ao ano.

5. É preciso também referir o papel desempenhado pelas colónias na fase final do regime ditatorial português. Nos anos 60, o poder político formula o projecto do *mercado único português*, visando o reforço da integração económica entre a metrópole e as colónias. Contudo, é antes, e não depois, da elaboração política desse projecto que as colónias parecem poder desempenhar um papel importante no desenvolvimento industrial de Portugal. Verifica-se que, no período de 1948/50-1958/60, as exportações dos «novos» sectores industriais (tais como a química, construção de máquinas e material de transporte, produtos metálicos, etc.) para as colónias aumentam mais rapidamente que a exportação dos mesmos produtos para o estrangeiro, e no final do período contam para cerca de 43% do total das exportações não tradicionais. Todavia, essa percentagem reduz-se já a 30% em 1965-66, o que traduz o peso crescente da procura externa doutras fontes (não coloniais). A integração europeia, formal e informal, predomina nitidamente sobre a integração euro-africana no seio do «mercado único português». A metrópole, que se pretendia centro dominante dum espaço euro-africano cada vez mais articulado, era de facto, cada vez mais, zona periférica doutro espaço em vias de integração.

Esta análise deve também tomar em consideração a concentração de poder económico privado, que se acentuou no capitalismo português para o fim dos anos 60, particularmente após a morte de Salazar e a sucessão de Caetano. Em 1973, sete grupos privados detêm 50% dos activos da banca comercial e 55% das companhias de seguros, desempenhando o papel primordial no processo de acumulação de capital e no conjunto do sistema produtivo. Um ponto importante a assinalar é a divergência entre duas estratégias alternativas dos grupos privados em Portugal antes de 1974; uns, mais orientados para as colónias portuguesas em África, outros, mais «europeus» nos seus projectos. Com efeito, ainda hoje se pode verificar, por exemplo observando a zona industrial moderna e relativamente complexa nos arredores de Luanda, rapidamente crescente nos finais dos anos 60 e inícios dos 70 (isto é, paradoxalmente, após o surto da guerra de libertação em Angola), que uma fracção importante do capitalismo português jogou a fundo no crescimento económico das colónias mais ricas de recursos, sobretudo Angola. Não no sentido da integração Portugal-África, mas, ao contrário, numa linha que conduziria talvez a uma «independência» do

tipo rodésiano, se os seus promotores tivessem disposto de tempo e capacidade política para tanto.

6. O episódio pré-revolucionário de 1974-75 introduziu três alterações qualitativas profundas na formação social portuguesa. Os grandes centros de poder económico privado (monopólios e latifúndios) foram nacionalizados. A relação colonial foi definitivamente liquidada e o Estado Português reduziu-se aos limites europeus das suas fronteiras, voltando às origens donde partia a expansão colonial no século XV. Finalmente, o povo português teve acesso aos direitos políticos e sociais de democracia burguesa após quase meio século de regime totalitário.

Todavia, a relação dependência externa/exploração interna da força de trabalho mudou mais de forma do que de substância.

Com efeito, a periferização ou dependentização, que já se acentuava nos anos 60 e começos dos 70, como notámos, entra numa nova fase, mais acelerada e em que a via principal de acentuação de dependência externa decorre do desequilíbrio da balança de pagamentos. O endividamento externo aumentou rapidamente depois de 1976, atingindo a dívida externa total cerca de 14 milhares de milhões de dólares nos finais de 1982, equivalendo a 54% do PIB e 160% das exportações de bens e serviços mais transferências de emigrantes.

Na medida em que se possa falar de regulação do capitalismo português pelo Estado num período de grande instabilidade política, antagonismos sociais profundos e indeterminação de perspectivas quanto ao futuro, essa regulação foi praticada no quadro habitual das políticas de estabilização. Os instrumentos principais dessa política: desvalorização da moeda nacional, controlo da oferta de moeda e do crédito, aumento das taxas de juro, etc., permitiram o equilíbrio transitório da balança de pagamentos pelos finais dos anos 70, graças sobretudo à desvalorização da força de trabalho no mercado mundial e correspondente aumento da «competitividade» das exportações portuguesas. No entanto, no início da presente década, o desequilíbrio dos pagamentos externos torna-se de novo preocupante e a situação económica mais crítica do que no momento de aplicação do programa de estabilização acordado com o FMI em 1978. Cinco anos mais tarde, novo programa de estabilização é acordado com a mesma instituição, mas em condições mais severas e restritivas. Sem entrar na análise desses programas, nota-se que o grande instrumento «regulador» da economia portuguesa depois de 1974 foi o processo inflacionário, bem mais acentuado do que na generalidade dos países de OCDE (cf. quadro n.º 1).

Preços no consumidor (taxas médias de crescimento anual)

[QUADRO N.º 1]

Países	1960-70	1970-81
Portugal	4,5	19,7
Grécia	2,1	15,4
Espanha	6,2	15,9
Jugoslávia	12,3	19,1
Itália	3,9	14,9
RFA	2,6	5,0
EUA	2,7	8,1

Fonte: CNUCED, *Manual de Estatísticas* (1983).

Um dos resultados desse processo foi a recomposição de estrutura da repartição de rendimentos em moldes análogos à situação anterior a 1974. Com sindiactos livres e aparentemente poderosos, a rapidez e a amplitude deste processo é um dos factos mais significativos e perturbadores do funcionamento económico da reconquistada democracia portuguesa.

III

7. Tal como o período imediatamente anterior ao golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974, verifica-se hoje em Portugal uma situação de bloqueio estrutural. É claro, todavia, que as duas situações são qualitativamente diferentes e abrem distintas perspectivas de transformação.

Podemos distinguir dois aspectos no que se refere à identificação dos factores de bloqueamento. Por um lado, há a considerar a dimensão interna, ao nível dos fundamentos intranacionais do sistema económico português. Por outro lado, a dimensão externa, ou seja a projecção do sistema no contexto das suas relações económicas internacionais.

No primeiro nível encontram-se diversos obstáculos ao funcionamento regular do sistema e ao processo de acumulação e crescimento.

O peso importante do sector público produtivo, na medida em que o Estado não tem nem a capacidade nem a vontade política para utilizar esse sector como instrumento motor do crescimento, torna-se um factor negativo do desenvolvimento. A indeterminação dos objectivos na gestão das empresas públicas, a ausência dum quadro de referência estável e coerente para as decisões de investimento, o aumento desproporcionado dos encargos financeiros por via do endividamento externo das empresas, etc., conduzem a que o sector público, no seu conjunto, seja um tecido inerte sem motivação nem convicção, quer por parte dos dirigentes, quer por parte dos trabalhadores.

É também evidente que a relação de forças actual — contrariamente à conjuntura social e política dos anos 74-75 — vai no sentido da reconstituição da hegemonia do capital privado e que os factores de bloqueamento que referimos são, em última análise, o resultado dum afrontamento de interesses contraditórios entre classes e estratos sociais, muito longe dum consenso mínimo sobre a configuração do sistema económico e a estrutura da repartição da riqueza e do rendimento.

Esta situação de profundo mal-estar, nos domínios económico, social e político, justifica uma afirmação aparentemente paradoxal — é, ao mesmo tempo, efeito e causa da democracia política.

O *efeito*, visto que são os direitos políticos e sociais inerentes ao estado democrático que até ao presente impediram a reconstituição do *status quo* anterior a 1974, naturalmente com as adaptações necessárias, mas conservando os fundamentos essenciais dum capitalismo assente num regime político autoritário e abertamente repressivo dos trabalhadores. A *causa*, porque a plena democracia política não poderia ter sido reconstituída em Portugal sem a prévia destruição dos grandes centros de poder económico privado, tal como existiam e funcionavam antes do período de 1974-75.

Em síntese, cremos que o essencial do referido bloqueio estrutural reside na oposição de duas racionalidades numa economia concreta — uma,

resultante do movimento de transição anticapitalista desencadeado em 1974-75, outra dum movimento de recuperação capitalista acentuado nos últimos anos — que são contraditoriamente praticadas e afirmadas no plano institucional sem coerência global. Trata-se, no entanto, duma situação precária e movediça que a instabilidade política superestrutural reflecte apenas parcialmente.

8. A dimensão externa da nossa questão conduz nos à análise da articulação da economia portuguesa no mercado mundial.

No quadro n.º 2, podemos situar a evolução do comércio externo português (mercadorias) na evolução do comércio mundial nos últimos trinta anos.

**Participação de Portugal no comércio mundial
(percentagem dos valores correntes)**

[QUADRO N.º 2]

	1950	1960	1970	1973	1974	1979	1980	1981
Exportações	0,31	0,26	0,30	0,32	0,27	0,22	0,23	0,21
Importações	0,43	0,40	0,48	0,52	0,53	0,36	0,46	0,42
Exportações-importações ...	0,12	0,14	0,18	0,20	0,26	0,15	0,23	0,21

Fonte: Ver quadro n.º 1.

No começo da década de 70, a participação das exportações portuguesas nas exportações mundiais encontrava-se ao nível de 1950, mas dez anos mais tarde tinha-se sensivelmente reduzido. Por outro lado, a tendência de longo prazo vai no sentido do agravamento do défice comercial: ou seja, as importações são financiadas em proporção crescente por fontes distintas das receitas da exportação. Desde os anos 60, como se sabe, as remessas de emigrantes desempenham um papel crescente nesse financiamento (e as receitas do turismo, numa escala menor), mas na segunda metade da década de 70 é o endividamento externo que vai aumentar rapidamente, evolução aliás facilitada pela acumulação de ouro e divisas registada na época da ditadura.

O quadro n.º 3 fornece uma imagem do específico aproveitamento das «vantagens comparativas» que a economia portuguesa realizou na sua inserção na DIT. Os produtos com peso superior a 1% no comércio mundial (ou seja, com participação cerca de cinco vezes superior à média nacional), e contando para 45% das exportações nacionais, são produtos predominantemente originários de sectores tradicionais, baseados em recursos naturais e/ou mão-de-obra barata e de baixa qualificação. Este perfil de especialização é caracterizadamente definidor duma economia periférica, ainda que semi-industrializada.

Aliás, o quadro n.º 4 mostra nitidamente a perda de posição relativa de Portugal no âmbito da Europa do Sul. A proporção das exportações portuguesas nas exportações do grupo reduz-se de cerca de 9% em 1950 a 4% actualmente.

Não é possível entrar neste texto numa análise aprofundada da questão. Mas é justificado reconhecer uma tendência de longo prazo no sentido da degradação da posição comercial da economia portuguesa no mercado

Participação de Portugal no comércio mundial (1980)
(em percentagem dos valores das regiões consideradas)

[QUADRO N.º 3]

Produtos	Países desenvolvidos	Mundo	Percentagens das exportações de Portugal(a)
Artigos de cortiça	70,1	66,9	5,2
Têxteis (não especificados)	9,3	6,0	4,5
Conservas de peixe	5,2	3,7	2,1
Vestuário	3,3	1,8	13,8
Bebidas alcoólicas	2,8	2,4	5,3
Pasta de papel	2,0	1,9	4,1
Artigos de algodão	2,2	1,5	2,3
Calçado	2,0	1,3	3,2
Madeira em obra	1,4	1,0	2,6
Fio de algodão	1,0	0,8	2,2

(a) Percentagens calculadas em relação ao total das exportações de Portugal.

Fonte: ver quadros anteriores.

mundial. Ao menos em parte, a estrutura das exportações por sectores e produtos — ainda concentradas em artigos intensivos em mão-de-obra pouco qualificada — cuja transformação tem sido lenta, comparativamente

Exportações de Portugal e da Europa do Sul (milhões de dólares)

[QUADRO N.º 4]

Países	1950	1960	1970	1973	1974	1979	1980	1981
Portugal	186	328	949	1 862	2 297	3 468	4 631	4 147
Espanha	389	726	2 387	5 202	7 079	17 903	20 720	20 337
Itália	1 209	3 648	13 206	22 258	30 469	72 242	77 690	75 215
Jugoslávia	159	566	1 679	2 852	3 805	6 491	8 353	10 929
Grécia	90	203	643	1 454	2 030	3 855	5 135	4 250
Total	2 033	5 471	18 864	32 628	45 680	103 959	116 529	114 078
(Percentagem de Portugal)	(9,1)	(6,0)	(5,0)	(5,7)	(5,0)	(3,3)	(4,0)	(3,6)

Fonte: ver quadros anteriores.

a outros países semi-industriais, explica esse declínio. Mas ao nível mais profundo de análise há a considerar uma extensa lista de factores proteccionistas da indústria portuguesa que estão na origem do fraco ritmo de progresso tecnológico e mudança estrutural registado quer antes quer depois de 1974.

Antes foi o mercado colonial, o baixo nível de salários, a repressão social e política dos trabalhadores, o chamado condicionamento industrial, etc. Depois de 1976 — terminado o período em que a dinâmica social ia num sentido anticapitalista — foram a sobredesvalorização do escudo e a desvalorização relativa da força de trabalho dos Portugueses no mercado mundial que permitiram manter a «competitividade externa» das exportações. No

entanto, esta política não facilita a mudança estrutural que se tornaria necessária e, além disso, não permitiu sequer o acréscimo de investimentos no sector exportador, em parte devido aos movimentos especulativos de capitais (sobrefacturação das importações e/ou subfacturação das exportações).

Nestas condições, pode falar-se dum bloqueio estrutural também no que se refere às relações da economia com o exterior. O endividamento não pode continuar a crescer como nos anos anteriores e o desequilíbrio actual dos pagamentos correntes não é superável sem modificações estruturais importantes no sistema produtivo do País. Mas então surgem os obstáculos «internos» referidos nos parágrafos anteriores.

IV

9. É talvez sedutor estabelecer hipóteses globais sobre a situação periférica na Europa do Sul dos três países saídos da ditadura e em vias de integração formal e informal na CEE. Todavia, mesmo sem entrar na análise comparativa interna das três formações sociais em questão, é suficiente olhar os quadros n.ºs 5 e 6 para se notarem diferenças fundamentais entre as três estruturas económicas e o seu modo de articulação externo.

Dependência externa na Europa do Sul

[QUADRO N.º 5]

Países	Orientação das exportações de mercadorias (percentagem)								Dívida pública externa em percentagens do PNB		Produção alimentar per capita (1969-71=100)
	Países desenvolvidos de economia de mercado		Países subdesenvolvidos		Países de economia planificada		Países exportadores de petróleo(a)		1960	1980	
	1960	1980	1960	1980	1960	1980	1960	1980			
Portugal ...	56	82	42	16	2	2	—	—	7,0	23,6	78
Espanha ...	80	62	18	31	3	2	—	5	3,3	5,5(b)	127
Grécia	65	59	13	23	22	7	1	11	8,9	10,9	122

(a) Irão Iraque, Líbia, Arábia Saudita, Koweit.

(b) 1978.

Fonte: *World Development Report* (Banco Mundial), 1982.

Estrutura das exportações e das importações na Europa do Sul (percentagem)

[QUADRO N.º 6]

Exportações	Anos	Produtos manufacturados	Têxtil e vestuário	Metais e produtos metálicos	Máquinas		Material de transporte
					Eléctricas	Não eléctricas	
Portugal	1970	61,3	25,7	4,2	4,8	2,5	1,0
	1981	68,4	27,3	4,6	5,7	3,7	3,2
Espanha	1970	51,3	6,0	7,2	3,5	6,9	9,3
	1981	61,5	5,5	15,6	4,0	9,5	11,9
Grécia	1970	23,3	13,9	18,3	0,8	0,2	0,5
	1981	47,3	21,1	12,4	2,6	0,9	1,2

Importações	Anos	Produtos alimentares	Combustíveis	Máquinas e material de transporte
Portugal	1970	13,7	9,2	30,1
	1981	15,8	24,4	26,6
Grécia	1970	15,7	13,3	25,9
	1981	11,9	42,5	17,4
Espanha	1970	10,9	6,9	47,6
	1981	11,3	22,0	28,1

Fonte: CNUCED, *op. cit.*

Talvez que a conclusão mais evidente resida na verificação da amplitude da crise estrutural portuguesa e do ritmo acelerado de dependentização ou periferização que actualmente a caracteriza. Portugal é o país cuja dependência comercial e financeira relativamente aos países capitalistas desenvolvidos mais se acentuou (designadamente, em consequência da des-colonização). É também o país mais dependente do exterior em matéria de produtos alimentares. Enfim, o peso das exportações de têxteis torna-o muito vulnerável quer às limitações das importações desses produtos pelos países capitalistas desenvolvidos, quer à concorrência de países do Terceiro Mundo. É óbvio que o papel possível da periferia portuguesa no espaço económico europeu integrado é qualitativamente distinto do das outras duas economias em questão, designadamente de Espanha.

10. Para termo desta reflexão, pode levantar-se a questão das estratégias alternativas de desenvolvimento possíveis no quadro da Europa do Sul e, em particular, no caso português. Mas não parece fecundo dissociar tal questão duma outra interrogação relativa à natureza do Estado e dessa «democracia periférica» que observamos em Portugal.

Um dos traços particulares da evolução recente da formação social portuguesa é o desenvolvimento simultâneo dum processo de democratização social e política e doutro processo de acentuação da dependência externa. Sabe-se que, na América Latina, o segundo processo foi acompanhado por uma evolução política de sinal contrário, que o insuspeito Samuelson apelidou de *fascismo de mercado*. Se o Estado tem por papel determinante, por verdadeira *raison d'être*, a gestão duma dependência estrutural, parece que a democracia política (formal) só pode manter-se — ela própria — por condicionamento externo.

Na realidade, tal hipótese poderia justificar-se por duas ordens de razões.

Por um lado, a fórmula política desta democracia periférica permite reduzir os custos de repressão, para o conjunto da população, resultantes da dependência estrutural do sistema económico. Ter-se-ia, por esta forma, menos repressão e mais estabilidade ao nível do *regime* político (claro que não necessariamente do governo).

Por outro lado, a mesma fórmula permitiria enfraquecer, tornar praticamente inexistente, a vontade política nacional, isto é, impedir ou dificultar a emergência dum projecto de desenvolvimento relativamente autónomo, sempre em risco de pôr frontalmente em causa o *status quo* em matéria de política económica interna e externa.

Em qualquer caso, poderemos interrogar-nos se é realista admitir que os bloqueios de que falámos, as tensões sociais e as irracionalidades económicas que lhes correspondem se poderão manter sem desencadear nova ruptura ou, pelo menos, readaptação do regime político.

Aquilo que se tem designado por segundo alargamento da CEE poderá fornecer a resposta económica e política a estas perturbadoras questões?

É fácil especular — deslizando para aquilo que os Ingleses tão bem apelidam de *wishful thinking* — sobre a estratégia económica alternativa e desejável para um país como Portugal. Mas talvez que a questão primordial resida na capacidade (possível) de regulação endógena e nacional da economia. E também da natureza do Estado capaz de, ao menos, tentar uma relativa desarticulação da rede de relações externas actualmente predominante. É evidente que essa relativa autonomia não poderia fazer-se numa direcção autárquica. O que finalmente coloca a questão das estratégias colectivas, ao menos parciais, aliando nações interessadas em estratégias de desenvolvimento solidárias no plano internacional.